

A FORMAÇÃO DE EDUCADORES SEM TERRA: UM ESTUDO DE CASO

SANTOS, Fátima Maria dos – UNISANTOS – fvida@universitas.br

MAZZILLI, Sueli – UNISANTOS – sueli.mazzilli@terra.com.br

GT: Formação de Professores / n.08

Agência Financiadora: CAPES / PROCAD

O Movimento dos Sem Terra –MST- é reconhecido em âmbito nacional e internacional e suas práticas têm tido diferentes interpretações e repercussões na sociedade. Estudar a formação dos educadores Sem Terra é confrontar-se com os conflitos que perpassam a dinâmica e o fazer pedagógico do Movimento, que possui um projeto educacional nacional, cujas metas centrais são a erradicação do analfabetismo dos que integram o Movimento e o direito à escola pública. Esse projeto nacional orienta a organização e funcionamento das escolas, em cada acampamento e assentamento¹. Orienta também o processo de formação dos educadores.

O Movimento completa 23 anos em 2007, com expressivos avanços em relação à escola e à formação dos educadores. No início, não havia escolas e não havia pessoas preparadas para ensinar. Atualmente, em todos os assentamentos existe uma escola pública, educadores formados e muita gente estudando. O ensino nas escolas do Movimento constitui-se em trabalho voluntário dos que residem no local e é realizado em parceria com os municípios onde estão alocados.

O trabalho educacional acontece em 23 estados em que o MST está organizado (Morissawa, 2001). Considerando que o MST representa um contingente expressivo da população brasileira que reivindica educação, moradia, terra e trabalho e que reúne um significativo acervo e uma história cultural e educativa a ser pesquisada e interpretada pelos estudiosos e formadores, no campo da educação, buscou-se nesta investigação aprofundar o conhecimento sobre o papel que desempenha a educação no Movimento, tomando-se como foco a formação do educador sem terra para o exercício da profissão docente. O questionamento tomou a sua forma investigativa ao buscar **conhecer como se materializa a formação dos educadores do movimento dos trabalhadores sem-terra em um assentamento e quais os princípios pedagógicos que fundamentam essa formação.**

¹ O acampamento é o momento da entrada na terra – é a ocupação em si. O assentamento ocorre quando conquistam a terra legalmente, tornam-se donos e passam a organizar ali suas vidas, construindo casas, escolas, preparando a terra para a lavoura e outras atividades próprias de trabalhadores camponeses.

O estudo foi realizado em um acampamento situado no Estado do Pará, em Castanhal, onde funciona a Escola Municipal de Ensino Fundamental Roberto Remige, tomada como objeto de estudo desta pesquisa.

A escolha do assentamento João Batista II para a realização da pesquisa deu-se por ser uma experiência já estruturada legalmente, que subentende o direito à terra, benefícios à comunidade, entre eles luz elétrica, construção das casas, posto médico, linha de ônibus, rádio comunitária, escola e professores contratados pela Secretaria Municipal de Educação. Frequentada por 159 alunos, oferece Educação Infantil, Ensino Fundamental de 1ª a 6ª série e Educação de Jovens e Adultos. Trabalham na escola onze professores, sendo cinco do próprio assentamento (dois com formação em Pedagogia e três com formação em Magistério) e seis indicados pela Secretaria Municipal de Educação, que não residem no assentamento.

A base epistemológica da pesquisa é a perspectiva de análise histórica, baseada em Paulo Freire (1921-1997). A teoria e prática freireana propõem um projeto educacional centrado na formação do sujeito e na sua prática de intervenção no mundo, que implica tomada de consciência da sua identidade, postura crítica, organizacional, coletiva para a uma prática transformadora. O lugar social de onde Paulo Freire construiu suas teorias e prática pedagógica foi o das classes populares. Sua pedagogia contribuiu e contribui para a educação nos movimentos sociais e para a formação dos sujeitos Sem Terra. O MST, ao se identificar como formador de sujeitos ou de uma coletividade aproximou-se das teorias de Paulo Freire e se vê instigado a pensar neste sujeito, no singular, ligado a uma luta social concreta, cujas práticas refletem as mudanças sociais que o Movimento persegue, via processo de reforma agrária no Brasil.

As práticas educativas do Movimento encontraram nos conhecimentos, sistematizações e estudos de Paulo Freire uma espécie de 'óculos', que os faz enxergar o quanto os analfabetos podem aprender, não apenas as letras, mas, sobretudo a realidade, querendo e fazendo mudanças. (Caldart & Kolling, 2001, p. 7)

O estudo, do tipo etnográfico, adota como instrumentos metodológicos, observações de campo, análises documentais e entrevistas com depoimentos de todos os educadores do assentamento acerca da própria formação.

Para conhecer os fundamentos projeto educacional do MST que orientam a formação de educadores foi analisado o Dossiê - MST e Escola (2005), produzido pelo Coletivo Nacional de Educação do MST. Foram analisadas também as obras de Caldart, (1997 e

2000), Fernandes (2000) e Morissawa (2001), autores que reconhecem a formação e a educação no MST como parte do compromisso com a transformação social.

1. Os princípios pedagógicos da escola do MST

O Dossiê - MST e Escola (2005) anuncia cinco princípios pedagógicos, que devem orientar a formação e a prática educativa: Educação para a transformação social; Educação organicamente vinculada ao Movimento Social – formação em movimento e para o movimento; Educação como um processo permanente de formação e transformação humana; Relação entre teoria e prática e; Criação dos coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores.

Esses princípios, apresentados como convicções que nascem da prática pedagógica nas escolas e da convivência no assentamento, são referências para os cursos de formação e para a organização das escolas. Visam assegurar a coerência entre o ser educador, ser professor e ser militante, como condição para uma educação em movimento, que requer estabelecimento de prioridades e de estratégias de ação segundo as demandas locais, relacionadas também às demandas mais amplas de uma educação voltada para a formação de sujeitos, cuja meta é a reforma agrária.

Educação para a transformação social

A proposta de educação formulada pelo MST abrange os processos da formação humana nas diversas fases da história da humanidade - antecedentes – e os processos atuais e particulares, no caso, dos integrantes do Movimento, objetivando a organização dos trabalhadores e o conjunto de suas reivindicações.

Educação para a transformação social. Este é o horizonte que define o caráter da educação no MST: um processo pedagógico que se assume como político, ou seja, que se vincula organicamente com os processos sociais que visam a transformação da sociedade atual e a construção, desde já, de uma nova ordem social, cujos pilares principais sejam, a justiça social, a radicalidade democrática e os valores humanistas e socialistas. (Dossiê, 2005, p.161)

A construção de uma nova ordem social de que fala o Dossiê caracteriza-se pela educação de classe focada num projeto político das classes trabalhadoras. “Trata-se de uma educação que não esconde o seu compromisso em desenvolver a consciência de classe e a consciência revolucionária, tanto nos educadores como nos educandos”.

(p.161). Na formação dos educadores, a intencionalidade quanto à participação dos mesmos na formulação e na implementação de mudanças sociais deve estar explícita. Essa exigência requer que o educador tenha espaço para uma formação contínua que lhe possibilite condições de situar-se criticamente no mundo, comprometendo-se, ao mesmo tempo, com a formação dos sujeitos que devem estar inseridos nessa perspectiva de mudança, a partir de sua integração na organização e dos interesses do assentamento. Nesse sentido de envolvimento e inserção no cotidiano do assentamento é que, para o MST, todo professor deve ser também um educador-militante, para que essa militância esteja também na sala de aula.

O professor deve ser alguém que entenda dos conteúdos: matemática, história, português... Alguém que saiba o jeito de ensinar bem às crianças. Também deve acompanhar as crianças no trabalho. Ajudar as crianças a se organizarem. Deve levar as crianças a tomarem decisões. O professor deve participar da vida do assentamento. Só dar aula não chega. Deve participar das discussões e ações principais do assentamento como um todo. O professor só será professor de verdade quando fizer sua a luta pela terra, pela produção, como a luta pela educação. Quando participar das lutas do assentamento e dos trabalhadores em geral. Deve estar capacitado para coordenar a caminhada coletiva das crianças. Deve buscar sempre um preparo melhor através da leitura, cursos e conversas com outros professores. É importante que o professor do MST participe do Sindicato dos professores e do Setor de Educação do MST. (Dossiê, 2005, p.36)

A educação para a transformação social, na prática cotidiana de um assentamento, passa pela vivência da coletividade, mas, sobretudo, por uma política do coletivo. Um movimento social com estratégias políticas discutidas em todos os setores da organização. O vínculo afetivo e efetivo com o movimento passa necessariamente pela educação, cujos organizadores e articuladores são os coletivos de educação nos vários níveis: local, estadual e nacional.

Educação organicamente vinculada ao movimento social – formação em movimento e para o movimento

Este princípio pedagógico discute o sentido da relação MST e educação. Elege a escola como esse espaço privilegiado de discussão, organização e fortalecimento da pertença a um coletivo. Para isso, reforça a permanente formação dos educadores e educandos, enquanto sujeitos dessa formação e integrantes das ações que fortalecem a militância do Movimento.

Significa que para nós é fundamental todo o esforço que fazemos em cada acampamento, em cada assentamento, em cada uma de nossas escolas, de construir uma proposta de educação *do* MST, isto é, que se desenvolva ligada às lutas, aos objetivos, à organicidade do MST. Porque acreditamos que é a educação *do* movimento (mais do que uma educação *para* o movimento), que pode melhor dar conta das suas demandas de formação, adequando-se à dinâmica de suas necessidades e, portanto, principalmente mais efetivamente dos processos de mudança. (Dossiê, 2005, p.162 – grifo do autor)

A ênfase neste princípio é por uma educação do Movimento e indica uma compreensão de escola, enquanto espaço de organização e construção dos processos de mudança e de formação dos sujeitos, relacionada à vida cotidiana no assentamento e às demandas que se apresentam. Uma educação voltada para os processos de reforma agrária.

Vincular a educação a uma questão social relevante como é hoje a questão da reforma agrária é comprometê-la, na teoria e na prática, com a construção de alternativas para a melhoria da qualidade de vida do povo. Isto não representa, pois, uma preocupação apenas com o imediato, e apenas com os sem-terra. A exigência do compromisso social da educação implica no seu engajamento num projeto de futuro. (Caldart, 1997, p. 158)

Segundo o MST, a convivência entre educador e educando, na sala de aula, é uma das maneiras de superação do autoritarismo e opressão, tal como o Movimento busca nas relações sociais. O educando ocupa um espaço importante na construção do conhecimento. Na relação educador e educando, ambos como protagonistas de saberes, alguns pressupostos são apontados pelo coletivo de educação como imprescindíveis: na sala de aula, a primazia é a experiência do educando e não os conteúdos; os professores devem ser formados para que tenham clareza da proposta política dos trabalhadores sem terra; uma educação para a cooperação e coletividade.

A experiência de vivência coletiva tende a ser problematizada, principalmente por não ser algo já dado, pronto, acabado e também porque nunca será um produto final. Essa problematização pode alcançar uma síntese, podendo tornar-se referência para uma concepção do processo de ensino-aprendizagem e do que deve ser conteúdo de estudo numa escola de um assentamento.

Que os conteúdos de ensino tratem das questões do assentamento, especialmente dos conhecimentos sobre tecnologia de produção e organização da produção agropecuária; Que os conteúdos também possam situar os alunos na realidade atual do campo, da relação campo/cidade, do país, do mundo; que lhes prepare para tomar decisões em função do conhecimento científico da realidade mais

ampla; Que tudo o que as crianças aprendam e vivam na escola, alimente o seu desejo e sua razão de continuar na luta pela reforma agrária e pela sociedade dos trabalhadores. (Dossiê, 2005, p.40)

Ainda que a educação escolar num contexto de reforma agrária possa desempenhar papel importante, não é a escola que lidera o processo de mudança, considerando que as questões ali discutidas ultrapassam a escola, a sala de aula e estão na sociedade, nas políticas públicas, nas estratégias de poder. A responsabilidade do professor é explicitar e analisar a realidade, que subentende esclarecer o que está oculto pela ideologia dominante.

Devemos evitar o pensamento de que *nós* somos os iluminadores, Creio que a educação libertadora implica a iluminação da realidade, mas os iluminadores são os dois agentes do processo, os educadores e os educandos juntos. Claro que, neste processo, pode ser que o educador tenha estado no mundo muitos anos mais do que os educandos, e, assim, por muitas razões, o educador *não* é a mesma coisa que os estudantes. É diferente, tem mais instrumentos de análise para agir no processo de iluminação da realidade. (Freire & Shor, 2006, p. 64. grifo do autor)

Educação como um processo permanente de formação e transformação humana

O setor de educação nacional do MST, ao apresentar esse princípio, enfatiza quatro aspectos:

a) as pessoas não se educam da mesma maneira; daí porque a discussão metodológica de como educar, de como ensinar, de como aprender não é detalhe, mas sim elemento essencial para atingirmos nossos objetivos pedagógicos e políticos; b) a existência social de cada pessoa é o fundamento de sua educação. O que educa/transforma a pessoa não é apenas o discurso, a palavra, a teoria. É sim a vivência concreta do novo. Se o que pretendemos é transformar ou construir comportamentos, atitudes, valores em nossos educandos/nossas educandas, é preciso organizar as condições objetivas para que vivam durante o processo pedagógico estas mudanças. Será a partir desta vivência e de tomar consciência dela, que irão acontecer mudanças reais nas pessoas, e poderemos dizer que realmente estão se educando; c) a educação que pretendemos é cada vez menos um processo espontâneo e mais um processo intencionalmente planejado e provocado; d) a educação não é obra apenas da inteligência, do pensamento; é também da efetividade, do sentimento. E é esta combinação que precisa estar tanto no ato de educar, como no de ser educado. (Dossiê, 2005, p. 165)

Considerando que, no caso do MST, o professor é formado também para ser um militante, cujas práticas na sala de aula integram as demandas no cotidiano do assentamento e a luta do Movimento mais ampla, e que essas demandas são percebidas e assumidas a partir de um contexto de vivência coletiva, com intencionalidade e afetividade, podemos entender que se trata de um processo que requer decisões e compromissos e que por isso exige um aprofundamento sobre o método dialógico, discutido por Paulo Freire, com vistas à aprendizagem, à formação e transformação dos sujeitos.

Penso que deveríamos entender o “diálogo” não como uma técnica *apenas* que podemos usar para conseguir obter resultados. Também não podemos, não devemos, entender o diálogo como uma *tática* que usamos para fazer dos alunos nossos *amigos*. Isto faria do diálogo uma técnica para a manipulação, em vez de iluminação. O diálogo é o momento em que os humanos se encontram para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e re-fazem. (Freire & Shor, 2006, pp. 122-123)

O diálogo, nesta perspectiva, se constitui em uma forma de aprender, de reconhecer o que se sabe e de vir a saber o que não se sabe para transformar-se, ao mesmo tempo em que transforma as condições objetiva e subjetiva da realidade em que vive. A atitude dialógica contribui ainda para o aprofundamento do significado da luta por reforma agrária, estendida também a outros trabalhadores rurais que não são integrantes do MST.

Há outros aspectos, no processo de formação dos sujeitos, que, segundo o MST, sob a base de vivência coletiva e de luta, integram o processo de intencionalidade da educação. Identificam esses aspectos como valores que a escola e os demais setores organizados no assentamento devem praticar: disciplina pessoal: perseverança no esforço; amor ao trabalho e ao estudo; crítica séria e fraternal; e organização pessoal (Dossiê, 2005, p. 49)

Relação entre teoria e prática

Nesse princípio pedagógico, a ênfase recai sobre a capacidade que o educando adquire, no processo educativo, de relacionar os conhecimentos produzidos pela humanidade às questões do seu cotidiano e com a realidade social mais ampla.

Quem não sabe ligar um problema com outro, quem não sabe juntar o que estuda na escola ou num curso, com a sua vida do dia-a-dia, com as questões que aparecem no trabalho, na

militância, nas relações com as outras pessoas, não pode ser chamado de “bem educado” e não consegue dar conta dos grandes desafios que temos no contexto social de hoje, como cidadãos e como integrantes do MST. (Dossiê, 2006, p. 165)

O MST entende que a escola é um espaço que pode fomentar a participação social dos estudantes, a começar pela inserção dos setores nos assentamentos, o que significa que o professor esteja inserido nas lutas sociais, como condição de discutir com os alunos o processo. “[...], estamos afirmando o primado da prática sobre a teoria, ou seja, de que as verdadeiras teorias são aquelas que são frutos de práticas sociais e que, por sua vez, instrumentalizam práticas sociais”. (Dossiê, 2006, p.165)

Ter presente a importância da prática é reconhecer os saberes construídos pelo professor ao longo da trajetória profissional, ou seja, os saberes por ele utilizados que foram construídos pela humanidade. Participar de um processo educativo, através do exercício da docência, onde a vida dos alunos e da comunidade são consideradas demandas fundamentais, não significa o mesmo que dizer que o conhecimento ou uma determinada teoria não é bem-vinda, porque não foi produto da prática da sala de aula. A prática não inibe a teoria, mas a recria, a atualiza. A importância da teoria, enquanto instrumento de análise e compreensão da prática, está em que a teoria é processo histórico que, embora se altere, se renove, será sempre a expressão da concepção do domínio humano sobre a realidade que essa teoria ou conhecimento busca compreender. Para viabilizar ações que concretizem este princípio, encontramos no Dossiê (2005) que cabe aos coletivos de educação desenvolver a habilidade da pesquisa que favoreça o conhecimento da realidade e a investigação de problemas que precisam ser resolvidos.

Pesquisar é construir a solução de um problema a partir do conhecimento da sua situação atual e da sua história anterior, ou seja, de onde ele veio, se sempre foi assim, ou quando e como já foi diferente, com que outros problemas se relaciona, no que precisamos mexer para superá-lo...Em outras palavras, pesquisa tem a ver com análise da realidade. Talvez se possa dizer que é um método de analisar a realidade para poder fazer proposições mais adequadas a uma intervenção nela. (p. 175)

Criação dos coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores

Os coletivos pedagógicos, criados em 1987 como resultado do aprendizado coletivo desde as primeiras ocupações realizadas pelo MST, espelham o valor atribuído pelo Movimento à Educação e o esforço contínuo de participação do conjunto do Movimento na implementação de seu projeto para a educação, através de criação e

acompanhamento das escolas, organização dos professores para o trabalho educativo e a sua formação inicial e contínua. Os coletivos pedagógicos estão assim estruturados:

- a) Em nível nacional há um Coletivo Nacional de Educação, que tem como uma das tarefas a integração entre coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores;
- b) Em cada assentamento existe um Núcleo de Educação, formado por integrantes de outros setores de trabalho do assentamento e a própria coordenação do assentamento, que discute junto com os professores a concepção de educação e sua prática;
- c) os professores de cada escola, em cada assentamento, formam um Coletivo de Professores da Escola. Esses professores se reúnem para estudo, planejamento e avaliação das aulas. Essa experiência é compartilhada com professores de outros assentamentos e acampamentos.
- d) cada escola conta com uma Coordenação Pedagógica, que articula e coordena os cursos de formação para educadores e educandos em nível regional, estadual e nacional. Para o MST, os coletivos pedagógicos constituem o espaço privilegiado de formação permanente, através da reflexão sobre a prática, do estudo, das discussões e da preparação para a participação em atividades formativas promovidas pelo MST, pelos órgãos públicos ou por outras entidades.

Trata-se de um processo historicamente situado, portanto, socialmente construído. Nesse sentido, o ensinar e o aprender estão vinculados a uma concepção de sociedade, de sujeito e de mundo. Na relação com o outro, os sujeitos constroem saberes, inacabados, em processo contínuo de construção e reconstrução, resultado da dúvida do que ensinar, como ensinar, para que ensinar, resultado da curiosidade do aprender e nunca satisfeito em sua totalidade. Ao mesmo tempo, segundo o autor, a atividade do ensinar e aprender exige rigorosidade, entendendo que o conteúdo a ser ensinado não é estático, mas exige criticidade por parte de educadores e educandos, “criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes”. (Freire, 2005, p. 26)

Ser sujeito do processo é saber-se no mundo, “é estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo”. (Freire, 2005, p. 28). À luz da realidade, a relação do sujeito com o conhecimento vai se modificando, novas perguntas interpelam o já conhecido, dando continuidade ao ato de conhecer. Nesse sentido, o ensinar e aprender também são interpelados pelas mudanças e devem assumir a condição de busca de novos saberes, que inclui diferentes indagações, que resultam em novos conhecimentos que, sistematizados, retornam à

sociedade como conhecimentos socialmente produzidos e, portanto, historicamente situados.

2. O PROCESSO DA FORMAÇÃO DOS EDUCADORES DO ASSENTAMENTO

Para conhecer como acontece o processo da formação dos educadores do assentamento João Batista II foram tomados depoimentos de todos os que atuam como professores na escola acerca da própria formação. A análise que se segue baseia-se nestes depoimentos. Estruturalmente, como vimos anteriormente, o processo de formação dos educadores está organizado em coletivos pedagógicos em nível nacional, estadual e local. Percebe-se uma triangulação na qual se apóia a formação dos educadores: o assentamento, como o lugar da experiência cotidiana; a esfera estadual, enquanto promotora de estudos e articuladora dos assentamentos entre si, e a esfera nacional, como expressão de uma identidade social. É nessa relação, articulada entre si, que os sujeitos envolvidos no trabalho com a educação se apóiam para desenvolver uma concepção de educação e formação de professores camponeses e intensificar o compromisso político através das práticas com vistas à reforma agrária. Ao mesmo tempo, essa triangulação se abre a um movimento circular e contínuo que, segundo os sujeitos, permite a organicidade e a coletividade. O trabalho desenvolvido no assentamento articula-se com o todo e, de acordo com as diferenças, o tempo e o ritmo de cada assentamento, contribui para essa identidade coletiva, contexto em que é gestada, desde as possibilidades à concretização, a formação contínua.

A formação inicial

O trabalho do MST com a educação, inicialmente, centrou-se na alfabetização dos assentados, crianças, jovens e adultos, para que a participação dos assentados fluísse mais no processo de discussão e sistematização da luta pela ocupação e permanência na terra. Entre os que se apresentavam para ensinar, poucos podiam responsabilizar-se por esse trabalho, por não terem a formação adequada para o exercício da docência. Muitos não tinham o primeiro grau completo. Foi então que se iniciou um projeto mais sistematizado de atendimento à formação dos educadores. A educação, a escola e a formação de educadores passaram a representar uma demanda importante para as relações sociais e culturais do Movimento.

Há uma compreensão no MST de que o professor, nas etapas de formação inicial, precisa de suporte teórico e prático como meio de superar as limitações herdadas da

escolaridade para poder apropriar-se e interagir com o conhecimento que vem através do curso de formação inicial. A maioria deles chegou ao MST sem serem alfabetizados. Pelo Movimento, concluíram o Ensino Fundamental através dos supletivos. Cursar um magistério e depois uma graduação não é tarefa fácil. Essa é uma das razões pelas quais a coordenação estadual se organiza para acompanhar os estudantes em tempo integral durante o curso de Pedagogia da Terra² e Magistério, ministrado no período de férias. Este acompanhamento é denominado pelo Movimento de metodologia tempo-escola e tempo-comunidade, que compreende dois momentos: o primeiro é o acompanhamento aos estudantes de formação inicial – magistério e graduação - de acordo com as necessidades, que contemplam os aspectos colocados anteriormente, acrescentando a oralidade. Do ponto de vista dos educadores, existe uma distância entre a linguagem acadêmica e o cotidiano dos alunos. Para diminuir essa dificuldade, foi realizada uma oficina de oratória, com o objetivo de “potencializar a habilidade de falar em público, ter coerência nas idéias, transmitir um conhecimento claro e objetivo, assim como trabalhar a postura, dicção”. (Educadora D) e, ainda, superar a timidez e construir uma linguagem mais elaborada para que os estudantes enfrentem melhor a sala de aula em uma universidade. São realizadas com os estudantes: oficinas de oratória, aulas de interpretação de textos, redação e assessoria aos estudos das disciplinas.

O problema é que estamos correndo atrás de um tempo de negação da nossa trajetória escolar. Aqui corremos atrás do conhecimento, mas também de leituras que nunca foram feitas. Todos (uma ou outra exceção), nunca tinham lido um livro todo. Leu pela primeira vez na faculdade, mas por causa do acompanhamento que fazemos – tempo-escola e tempo-comunidade. Porque na faculdade também a tendência é ler parte, pedaços de livros. Ex: Na universidade houve um seminário. Um grupo ficou para expor o livro: Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire. Cada um ia ler só o seu pedaço. Compramos livro para todos e orientamos o grupo para ler todo o livro e apresentar o seminário através das palavras chaves e não por capítulo. Surpreendeu os professores e assim vai. Com isso despertamos para a importância de que o educador vá formando sua biblioteca. Hoje comprar livro já é um costume - faz parte da nossa pedagogia - estimular a formação de biblioteca, nos presentear uns aos outros com um livro e tudo isso faz parte do nosso processo de formação.

² Curso realizado pela UFPA, sob a coordenação do MST e UFPA. Recebe apoio financeiro do PRONERA – Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária², do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O segundo momento do tempo-escola e tempo-comunidade consiste em estudos realizados com os estudantes do curso e os outros professores que estão nos assentamentos. Através dos professores que participam dos cursos a formação se estende ao Setor de Educação local - no assentamento - através das reuniões pedagógicas semanais. As temáticas mais frequentes nos encontros de formação continuada são as relacionadas à educação infantil, estudos das obras de autores nas quais o MST fundamenta a sua pedagogia e temas conforme a conjuntura do momento. Os procedimentos que viabilizam a formação do educador Sem Terra, pautam-se pelo cuidado com o professor, quanto ao resgate da auto-estima e identidade e descortina uma formação que evidencia um trabalho de conscientização a partir dos próprios limites à construção e desenvolvimento das potencialidades dos sujeitos cujo compromisso passa pela concepção de educação para a transformação social.

Nos princípios pedagógicos vimos que a educação para a transformação social se apresenta como um dos princípios aglutinadores dos processos formativos assumidos pelo MST que atinge, primeiro, o sujeito Sem Terra, através da apropriação de elementos que o liberta da condição de desgarrado da terra e o conscientiza do compromisso social. Há um esforço para que a formação aconteça numa perspectiva que desenvolva o senso crítico, por meio das leituras, estudos dirigidos, seminários, buscando a relação entre teoria e prática, refletido na metodologia tempo-escola e tempo-comunidade, quando os saberes são socializados com os demais membros do assentamento, sempre em vista de aprimorar o nível de conhecimentos dos assentados e aflorar o compromisso político num contexto de reforma agrária.

A formação contínua

A formação contínua dos educadores do MST tem como meta a organicidade das ações do Movimento entre o local e o global, materializada na relação entre os princípios pedagógicos do Movimento para a Educação e a relação que o educador faz desse processo com o cotidiano do assentamento, como um caminho para a intencionalidade do ato de formar. Uma formação que, relacionada às perguntas que usualmente orientam processos formativos: por que ensinar, a quem ensinar e o que ensinar, acrescenta uma outra pergunta: qual a escola que queremos?³ É a partir da resposta a esta questão que se

³ Esta questão foi tratada na obra **Práticas Pedagógicas em Movimento: Infância, Universidade, MST**, uma produção da 4ª. turma do curso Pedagogia da Terra da Região Amazônica, como resultado da experiência de Prática de Ensino, coordenado pelos professores do Centro de Educação da UFPA e

materializam as contribuições da educação para o projeto social pretendido pelo Movimento.

A finalidade da escola se expressa na campanha “Todo e toda sem-terra na escola”, que estabelece um foco de ação que orienta a formação do professor. A campanha é uma estratégia política e demanda tempo, investimento, sensibilização e, ao responsabilizar mais diretamente o Setor de Educação em cada assentamento, exige que estes definam o que fazer intencionalmente voltado para essa meta, tarefa que envolve todos os setores do assentamento.

A formação contínua do professor, em nível local, ocorre através das reuniões pedagógicas semanais, promovidas e coordenadas pelo próprio grupo.

Essa formação acontece de acordo com a necessidade. Assim que se percebe os limites e os desafios a gente busca construir alternativas. Exemplo: a questão da avaliação. Alguns dizem assim: como é que vou avaliar essa tal e tal situação? Então há a partilha de como um faz outro faz e se busca apoio em referências bibliográficas e no encontro seguinte se traz alguma leitura que contribui com a questão e se socializa no grupo. Outra questão é o manejo de classe: temos uma criançada meio “perigosa”, então, como sem reprimir, se pode disciplinar, organizar mais, colocar toda essa manifestação do lado da criança dentro de um processo da produção do conhecimento? Disciplinar sem reprimir e sim potencializar isso. Agora, há uma formação que decorre da própria pertença à organicidade do movimento: muita formação para o entendimento da conjuntura, entendimento da sociedade, mecanismos que sustenta a sociedade. (Educador B)

Os processos formativos têm como fator desencadeador a experiência dos professores na sala de aula. Pode acontecer que as questões colocadas, principalmente as que se referem ao como ensinar, como avaliar, como tornar os alunos participantes, por mais que sejam contextualizadas, muitas vezes remetem a discussões que vêm sendo objeto de estudo de autores que se dedicam às questões educacionais, e se esses autores situam suas discussões com base numa concepção de compromisso com a realidade, temos aí uma abordagem que pode contribuir para as questões colocadas no curso. A discussão da prática recorre à teoria e, conseqüentemente, a teoria tende a iluminar a prática. O professor, discutindo conscientemente as questões, problematiza sua prática e se capacita para melhor ensinar. Desta forma, não se separa o conhecimento presente no ato de ensinar do conhecimento no ato da ação.

membros do MST. O livro foi publicado pela UFPA em agosto de 2005 e vem sendo estudado pelos setores de educação locais. O livro traduz um diálogo entre a cultura universitária e a cultura de um Movimento Social – o MST.

Temos nossas reuniões toda semana. Estudamos os temas conforme as orientações que recebemos do Nacional através da coordenação Estadual. Aqui, somos educadores, mas antes, temos que ser agricultores. Gostar da terra, produzir, alcançar qualidade de vida. A formação, para nós, acontece em tempo integral. Sem preparo, só com boa vontade não se ajuda, só atrapalha. Então, não é uma formação do faz de conta. Ela se dá e permanece nos conflitos que são próprios de um grupo em constante movimento como nós. Outra forma do educador estar sempre em formação é a participação direta da vida do assentamento. (Educadora C)

O compromisso político e social requer escolhas, seja pelo tempo, seja pelas atividades. E o professor, como toda a equipe de educação, prioriza as ações que lhe são mais características dada a opção de inserção num movimento social e, de certa forma, isso determina o jeito de organizar a escola, a prática na sala de aula, o tempo na escola, o currículo e principalmente a formação do professor voltada para a organização e mobilização dos Sem Terra, bem como a conscientização sobre a nova identidade social.

Ao perguntar aos entrevistados se eles se sentiam satisfeitos com a formação oferecida pelo MST, as respostas anunciaram a satisfação quanto ao processo e apontaram perspectivas a fim de qualificar melhor o processo formativo.

Eu diria que a formação que a gente recebe é importante, necessária, e no momento, é o que podemos fazer. Por mais que a gente estude não se chega ao limite. Sentimos dificuldade de aplicar a pedagogia que defendemos. Por isso eu me sinto contemplada, mas não totalmente satisfeita. Para melhorar, temos que adquirir o hábito de registrar o que dizemos e fazemos. Reunimos muito, mas não registramos. No assentamento, nossa história ainda está só sendo vivida e contada. Temos consciência de que a falta dos registros, hoje, é a ocultação de uma história real mais tarde. (Educadora A)

Quando o MST inclui nos seus discursos e estratégias o direito à escola como espaço de formação e de conhecimento, inclui a formação dos professores como imprescindível no processo de formação e conscientização dos sujeitos vinculados ao Movimento, dando um destaque ao papel do trabalho do professor como mediador na construção do projeto de sociedade pretendido.

Considerações

Os efeitos da globalização sobre a Educação, que se reflete em mudanças no trabalho docente e, conseqüentemente, na formação de professores, tem sido o ponto de partida da análise sobre o tema na atualidade. Destas análises emergem postulados de uma

formação voltada para a construção do protagonismo docente como critério de qualidade da escola, que se vale da epistemologia da prática como enfoque teórico para esta formação (Tardif, 2003; Contreras, 2002).

As concepções e práticas do MST para a Educação guardam muitas aproximações com os indicativos desta produção teórica sobre formação de professores, como por exemplo, o papel da pesquisa na formação do educador, mediador entre o educando e as informações provindas da sociedade (Pimenta, 2000); a identidade profissional, construída a partir do seu significado social e da avaliação da profissão no contexto social e político (Cunha, 1999); a formação que toma a escola como o lócus privilegiado da formação contínua (Candau, 2003).

Ao longo deste estudo foi possível conhecer o grande esforço e as conquistas de um Movimento na formação de seus professores sem perder o foco da luta pela terra, um processo social e político pouco visto na história de outros movimentos sociais brasileiros.

Para Stédile (2004) é importante “que os outros movimentos sociais também adotem a educação como uma área fundamental de suas conquistas, de suas preocupações, da construção de seus movimentos”. (p. 70). Isto explica porque, segundo Frigotto (2004), o MST tenha se transformado no maior movimento social da história do Brasil e venha gestando um novo projeto educativo do campo, numa perspectiva política pública.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete & KOLLING, Edgar Jorge. **Paulo Freire: um educador do povo** 2. ed. Veranópolis, RS: Iterra, 2001.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra: Escola é mais do que escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **Educação em movimento: Formação de educadores e educadoras no MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Formação Continuada de Professores: Tendências Atuais- pp. 139-152. In: REALI, Aline M. de M. Rodrigues & MIZUKAMI, Maria da G. Nicoletti (orgs.). **Formação de Professores: Tendências atuais**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2003.

COLETIVO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO MST. Dossiê – MST Escola – Documentos e Estudos 1990-2001. **Caderno de Educação**. n. 13 – edição especial, Veranópolis, RS: Iterra, 2005.

CONTRERAS, J. A. **Autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

CUNHA, Maria Isabel da. Profissionalização docente: contradições e perspectivas. In: CUNHA M. I. & VEIGA, I. **Desmistificando a profissionalização do magistério**. Campinas/SP: Papirus, 1999, p. 127-148.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo e SHOR, Ira. **Medo e Ousadia – o cotidiano do professor**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática docente**. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. (Coleção Leitura).

FRIGOTTO, Galdêncio. Debate sobre Educação do Campo impulsiona mudanças – pp 65-68. In: **Boletim da Educação, n. 09 – Educação no MST: Balanço 20 anos**. São Paulo: Editora Peres, , 2004.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: Identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido. (org.). 2. ed. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2000.

STÊDILE, João Pedro. A história do MST é um aprendizado coletivo – pp. 68 -71. In: **Boletim da Educação, n. 09 – Educação no MST: Balanço 20 anos**. São Paulo: Editora Peres, 2004.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 3 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.